

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT18.013

EDUCAÇÃO EMOCIONAL NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Irinaldo Caetano Marques¹

Paula Almeida de Castro²

Tatiana Cristina Vasconcelos³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar a importância do desenvolvimento de habilidades socioemocionais no contexto de uma sala de recursos multifuncional, promovendo o respeito à diversidade e fortalecendo a interação entre as crianças com deficiência e seus colegas. A educação socioemocional é fundamental no processo de desenvolvimento de crianças com e sem deficiência, contribuindo para a formação de habilidades essenciais à convivência, como a empatia, a autorregulação emocional e a cooperação. Ao compreender as próprias emoções e reconhecer as emoções dos outros, os estudantes fortalecem as relações interpessoais, favorecendo um ambiente escolar mais respeitoso, acolhedor e inclusivo. No âmbito da educação especial, compreendida na perspectiva da educação inclusiva, reconhece-se a importância de práticas pedagógicas que não apenas promovam o acesso à aprendizagem, mas que também assegurem a participação plena de todas

- 1 Mestre em Educação Inclusiva- PROFEI da UEPB, Docente da UNIFIP, irinaldo.m@aluno.uepb.edu.br; psi.irinaldomarques@outlook.com;
- 2 Doutora em Educação (UERJ), Docente da UEPB e do Mestrado em Educação Inclusiva PROFEI-UEPB paulacastro@servidor.uepb.edu.br;
- 3 Doutora em Educação (UERJ). Docente da UEPB e do Mestrado em Educação Inclusiva PROFEI UEPB. tatianavasconcelos@servidor.uepb.edu.br;

as crianças nas dinâmicas escolares. A sala de recursos multifuncional, prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), configura-se como um espaço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com o objetivo de oferecer suporte e recursos específicos para atender às necessidades educacionais de estudantes com deficiência, sem afastá-los do convívio e das experiências escolares comuns. O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, com cinco crianças matriculadas, com diversos transtornos e também ancorada nos pressupostos dos relatos de experiência, a partir da prática pedagógica vivenciada em uma sala de recursos multifuncional de uma escola pública no sertão da Paraíba. A experiência com a educação emocional na sala de recursos multifuncional tem oportunizado espaço-tempo para o desenvolvimento infantil, favorecendo a expressão de sentimentos, a construção de vínculos e a ampliação da autonomia dos estudantes. Dessa maneira, reafirma-se que a educação emocional é uma estratégia potente para fortalecer práticas inclusivas e promover um ambiente escolar verdadeiramente acolhedor para todos.

Palavras-chave: Educação Emocional, Atendimento Educacional Especializado, Educação Especial Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo relatar a importância do desenvolvimento de habilidades socioemocionais no contexto da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), promovendo o respeito à diversidade e fortalecendo a interação entre as crianças com deficiência e seus colegas. A educação emocional é fundamental no processo de desenvolvimento de crianças com e sem deficiência, contribuindo para a formação de competências essenciais à convivência, como a empatia, a autorregulação emocional e a cooperação. Ao compreender as próprias emoções e reconhecer as emoções dos outros, os estudantes fortalecem as relações interpessoais, favorecendo um ambiente escolar mais respeitoso, acolhedor e inclusivo.

Nas últimas décadas, as discussões sobre a educação inclusiva têm se fortalecido como um dos pilares das políticas públicas educacionais brasileiras, fundamentadas no princípio de que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou emocionais, têm direito a uma educação de qualidade, equitativa e participativa. Nesse contexto, emerge a necessidade de uma prática pedagógica que vá além do ensino de conteúdos acadêmicos e que reconheça a centralidade das emoções no processo de aprendizagem.

A Educação Emocional, entendida como um conjunto de práticas voltadas ao desenvolvimento de competências socioemocionais, surge como uma dimensão indispensável para a efetivação de uma escola inclusiva, democrática e humanizadora.

A educação emocional no AEE assume uma função estratégica, pois possibilita ao educador compreender o estudante de forma integral, considerando suas dimensões cognitivas, afetivas e sociais. Tal abordagem amplia o alcance das práticas inclusivas, uma vez que o reconhecimento e o manejo das emoções se constituem como condições indispensáveis para a aprendizagem significativa e para o fortalecimento do vínculo entre educador e educando. Conforme afirmam Goleman (1995) e Bisquera

(2018), o desenvolvimento da inteligência emocional é determinante para o sucesso pessoal e acadêmico, sendo também um caminho para a construção de relações sociais mais saudáveis e cooperativas.

No âmbito da educação especial, compreendida na perspectiva da educação inclusiva, reconhece-se a importância de práticas pedagógicas que não apenas promovam o acesso à aprendizagem, mas assegurem a participação plena de todas as crianças nas dinâmicas escolares. A sala de recursos multifuncional, prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e regulamentada por políticas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), constitui-se como um espaço de suporte e inovação pedagógica. Seu objetivo é oferecer recursos e estratégias que viabilizem o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com deficiência, sem afastá-los do convívio e das experiências da sala de aula comum.

O AEE tem como função “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (Brasil, 2008). Visto que esse serviço é destinado a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e a alunos com altas habilidades/superdotação. É importante destacar, a inserção sistemática da Educação Emocional no AEE contribui diretamente para a concretização dos princípios da inclusão, pois promove o autoconhecimento, a autorregulação, a empatia e a convivência ética, valores que sustentam a cultura da paz e o respeito à diversidade.

Além disso, favorece a eliminação de barreiras atitudinais, muitas vezes invisíveis, que dificultam a participação plena dos alunos com deficiência nas atividades escolares. Nesse sentido, a Educação Emocional atua como mediadora entre o cognitivo e o afetivo, fortalecendo a dimensão humana da aprendizagem e reafirmando o papel da escola como espaço de acolhimento, escuta e desenvolvimento integral.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2013) reconhecem

a relevância das competências socioemocionais como parte integrante da formação cidadã. Essas competências como a empatia, o autoconhecimento, a autorregulação e a colaboração são essenciais para a vida em sociedade e devem ser trabalhadas de maneira transversal nas práticas pedagógicas. Assim, compreender e aplicar os princípios da Educação Emocional no contexto do AEE é um passo fundamental para a efetivação de uma escola inclusiva, que valorize as singularidades e potencialidades de cada estudante.

Portanto, discutir a Educação Emocional no Atendimento Educacional Especializado significa refletir sobre o papel da escola na formação de sujeitos autônomos, críticos e emocionalmente equilibrados, capazes de conviver com as diferenças e construir relações pautadas no respeito mútuo. Mais do que um recurso pedagógico, a Educação Emocional se configura como uma prática ética e política, indispensável à consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva e humanizadora.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de natureza qualitativa, desenvolvido em uma escola pública da rede municipal, localizada no interior do estado da Paraíba, entre fevereiro e novembro de 2024. Participaram da ação cinco estudantes, com idades entre 7 e 10 anos, atendidos na sala de recursos multifuncionais, diagnosticados com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista (nível 1 e 2 de suporte).

Conforme Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa preocupa-se com o processo e com o sentido que os sujeitos conferem às suas experiências, privilegiando a compreensão em profundidade.

As atividades foram planejadas com base no programa de Educação Emocional de Bisquerra (2023), adaptadas com recursos visuais, histórias sociais, dinâmicas de grupo e uso de materiais lúdicos. O acompanhamento ocorreu semanalmente, com observações, registros em diário de bordo e reuniões com professores do ensino comum e famílias.

O estudo configura-se como um relato de experiência, por descrever e analisar práticas pedagógicas desenvolvidas em uma sala de recursos multifuncional, com base na observação direta e na reflexão docente. Segundo Gil (2008), esse tipo de relato permite apresentar práticas significativas e compartilhar saberes construídos no cotidiano escolar, contribuindo para o aprimoramento da prática educativa.

O relato de experiência permite apresentar práticas significativas e refletir sobre os saberes construídos no cotidiano educacional, valorizando o conhecimento que emerge da prática docente. Esse tipo de estudo não busca apenas descrever o que foi realizado, mas também analisar criticamente as ações pedagógicas, destacando seus resultados, desafios e contribuições para o processo de ensino e aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante os atendimentos, as atividades foram organizadas em torno de cinco blocos temáticos fundamentais ao desenvolvimento das competências socioemocionais:

Figura 1- Competências socioemocionais



Esses eixos dialogam diretamente com os referenciais teóricos da Educação Emocional Goleman, (1995,2012), Bisqueira, (2018), Del Prette e Del Prette (2017), Wallon (2007); Casel (2020), os quais destacam que o aprendizado emocional é um processo contínuo que favorece tanto o autoconhecimento quanto a convivência social. É importante conceituar para melhor compreender esses eixos temáticos.

O reconhecimento das emoções refere-se à capacidade de identificar, nomear e compreender os próprios sentimentos e os dos outros. Essa habilidade é fundamental para o desenvolvimento da consciência emocional, pois permite que o indivíduo interprete adequadamente suas reações e as situações sociais em que está inserido. Segundo Goleman (1995), reconhecer as emoções é o primeiro passo da inteligência emocional, possibilitando o autoconhecimento e a gestão das respostas emocionais de forma mais equilibrada.

A autorregulação diz respeito à capacidade de controlar impulsos, manejar emoções intensas e adaptar o comportamento diante de desafios ou frustrações. Envolve estratégias conscientes para manter o equilíbrio emocional e agir de forma ponderada. Para Bisqueira (2018), essa competência está relacionada à autogestão e ao autocontrole, sendo essencial para o bem-estar emocional e para a convivência saudável em contextos sociais e escolares.

A empatia é a habilidade de compreender e se colocar no lugar do outro, reconhecendo suas emoções, necessidades e perspectivas. Envolve tanto uma dimensão cognitiva (entender o que o outro sente) quanto afetiva (sentir com o outro). De acordo com Wallon (2007), a empatia é um componente essencial do desenvolvimento moral e social, pois favorece atitudes de solidariedade, respeito e cooperação nas interações humanas.

As habilidades sociais englobam um conjunto de comportamentos aprendidos que permitem interagir de forma positiva e construtiva com outras pessoas, como comunicar-se adequadamente, expressar sentimentos, resolver problemas e trabalhar em grupo. Del Prette e Del Prette (2017) destacam que essas habilidades são aprendidas e aperfeiçoadas

ao longo da vida, sendo decisivas para o sucesso pessoal, acadêmico e profissional.

A resolução de conflitos consiste na capacidade de lidar com divergências e tensões de modo pacífico, buscando soluções que considerem o respeito mútuo e o diálogo. Essa competência requer escuta ativa, empatia, autocontrole e comunicação assertiva. Conforme Casel (2020), promover a resolução positiva de conflitos contribui para ambientes escolares mais cooperativos e seguros, reduzindo comportamentos agressivos e fortalecendo a cultura da paz.

A cada semana, os estudantes participaram de uma sequência didática estruturada, composta por vídeos, dramatizações, jogos cooperativos e rodas de conversa, estratégias que se mostraram eficazes para o engajamento dos alunos e a internalização das aprendizagens (Casel, 2020; Del Prette; Del Prette, 2017). Um dos resultados mais evidentes foi a ampliação do vocabulário emocional e o aumento da expressividade dos sentimentos, tanto por meio das falas quanto por desenhos, gestos e interações espontâneas.

Observou-se que a mediação emocional favoreceu avanços significativos na autorregulação e na comunicação. Uma das estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que anteriormente apresentava crises de irritabilidade, passou a reconhecer os sinais de frustração e a buscar estratégias de regulação, como respiração profunda, afastamento momentâneo do grupo e solicitação de apoio ao professor. Essa mudança reflete o desenvolvimento da consciência emocional e do autocontrole, aspectos centrais da inteligência emocional (Goleman, 2012).

Outro estudante, com deficiência intelectual, iniciou o uso de cartões ilustrados com expressões faciais para comunicar seus sentimentos, o que promoveu interações mais positivas com colegas e professores. Tal prática reforça o princípio da comunicação alternativa e aumentativa (CAA), que, segundo Glat e Pletsch (2011), constitui um recurso essencial para a efetivação da participação e da aprendizagem de estudantes com barreiras comunicacionais.

A parceria com a equipe docente foi um elemento central para o êxito das ações. Reuniões quinzenais permitiram alinhar estratégias entre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o ensino comum, garantindo coerência nas intervenções pedagógicas e continuidade das aprendizagens socioemocionais no cotidiano escolar. Esse trabalho colaborativo está em consonância com as diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que reforça a importância da articulação entre diferentes profissionais e da escola como espaço de convivência, empatia e respeito à diversidade.

Outro aspecto relevante foi o envolvimento das famílias, que passaram a participar mais ativamente das ações educativas. Muitos responsáveis relataram mudanças significativas no comportamento dos filhos em casa, como maior capacidade de verbalizar sentimentos e lidar com frustrações. Essa dimensão confirma o que defende Wallon (2007), ao afirmar que o desenvolvimento afetivo é indissociável do meio social, sendo a escola e a família contextos complementares na formação emocional da criança.

Portanto, a experiência evidenciou que o trabalho com competências socioemocionais no contexto do AEE contribui para a inclusão efetiva, favorecendo não apenas o desempenho acadêmico, mas também a construção de relações mais empáticas, solidárias e respeitadas. Essa abordagem reafirma a importância de uma educação que reconheça o aluno como sujeito integral cognitivo, emocional e social e que promova, por meio de práticas intencionais, o desenvolvimento de sua autonomia e bem-estar.

A legislação pode exercer um papel essencial na promoção da Educação Emocional desde a Educação Infantil, ao definir diretrizes e regulamentações que orientam e fortalecem as práticas pedagógicas (Rosa, 2017). No contexto brasileiro, os direitos e garantias das pessoas com deficiência estão assegurados em diversos marcos legais e políticas públicas. Entre eles, destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que reconhece a educação inclusiva como um direito de todos os estudantes, incluindo

aqueles com deficiência. Essa política prevê o atendimento educacional especializado, a formação continuada de professores para o trabalho com a diversidade e a adaptação de espaços, recursos e materiais escolares, de modo a garantir acessibilidade e igualdade de oportunidades no processo educativo.

Com a política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI/2008 que orienta ações para elaborar proposta de ensino para inclusão do público da educação especial (PEE) no contexto da sala de aula comum, das quais indica a matrícula do público na sala de aula comum com frequência no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O serviço é parte do processo de inclusão e constituiu-se como uma das ações para prover condição de escolarização, dentro das diversas ações no campo pedagógico, estrutural e administrativa para fortalecer o acesso e participação (Feraç; Barone e Amorim, 2024). Nesse sentido, é um dos serviços, para colaborar na produção de acesso à proposta educacional com vistas a eliminação de barreiras para que a escolarização transcorra alcançando todas as necessidades dos educandos.

O AEE é um serviço parte da Educação Especial que tem como função identificar, elaborar e organizar diferentes recursos para promover a acessibilidade no contexto educacional, o fator principal é a eliminação de barreiras para uma participação plena, equitativa ao considerar as características específicas do escolar como suas necessidades e potencialidades. Dessa maneira, tende a complementar e suplementar o processo formativo dos estudantes com necessidades para que alcancem a autonomia e independência em diferentes contextos (Brasil, 2008). O AEE tem como proposição o atendimento no contraturno escolar e ao participar desse serviço o estudante possui dupla matrícula, ou seja, na sala de aula regular e no AEE que funciona na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), situação que influencia em maior número de recurso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB distribuído para as instituições escolares (Gomes-Silva; Mendes, 2023).

Entendendo que a sala de recursos multifuncional é um ambiente educacional destinado ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com o objetivo de oferecer suporte e recursos específicos para atender às necessidades das crianças com deficiência.

Contudo, sabemos que a educação inclusiva é um processo ainda em construção na escola, rodeado de desafios que necessitam de estratégias pedagógicas formativas e efetivas, para romper com as barreiras existentes no contexto escolar.

Cientes de que, é expressivo o aumento do número de crianças com deficiência inseridas na educação básica. Essa demanda é amparada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que garante o direito as crianças com deficiência, o acesso ao âmbito educacional.

Antes de discutir a inclusão da Educação Emocional no currículo escolar, é fundamental compreender o conceito e os objetivos dessa proposta pedagógica. A Educação Emocional constitui-se como um campo da Pedagogia voltado para o desenvolvimento das competências emocionais e sociais dos indivíduos, favorecendo a formação integral do sujeito (Goleman, 1995; Bisquerra, 2000).

De acordo com Goleman (1995), a Educação Emocional tem como propósito promover o autoconhecimento, a autorregulação e a empatia, habilidades essenciais para a convivência e para o bem-estar emocional. Nessa perspectiva, Bisquerra (2000) acrescenta que ela envolve um processo educativo contínuo e permanente, que busca capacitar as pessoas a compreenderem e gerirem suas emoções, bem como a desenvolverem habilidades sociais que contribuam para relações interpessoais saudáveis e para a tomada de decisões responsáveis.

Além disso, a Educação Emocional reconhece que as emoções exercem influência direta sobre o aprendizado, o comportamento e o sucesso pessoal e acadêmico (Cañas; Morales, 2019). Assim, o ensino sistemático de competências como a empatia, a autorregulação emocional, a reso-

lução de conflitos, a comunicação assertiva e a cooperação tornam-se essencial para a formação de indivíduos emocionalmente equilibrados e socialmente conscientes (Del Prette; Del Prette, 2017).

Além disso, a Educação Emocional contribui para que os alunos aprendam a lidar com desafios emocionais e situações de estresse, favorecendo a construção de relacionamentos mais saudáveis e a criação de um ambiente escolar mais positivo e inclusivo. Esses fatores, por sua vez, refletem-se de forma significativa no desempenho acadêmico, na saúde mental e no bem-estar geral dos estudantes.

Compreendido o conceito de Educação Emocional, torna-se possível discutir como sua inserção no currículo escolar pode beneficiar todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência incluídos no ensino regular. Nas últimas décadas, a Educação Emocional vem ganhando destaque no contexto educacional brasileiro, à medida que se reconhece a relevância do desenvolvimento das habilidades socioemocionais para o sucesso escolar e para a formação integral do indivíduo.

Nessa perspectiva, Gonsalves (2015) define as emoções como um conceito multidisciplinar, resultante das interações e informações que recebemos e assimilamos do ambiente e das relações interpessoais. Segundo a autora, as emoções são fundamentais para a racionalidade humana, pois, em síntese, sem elas não somos sujeitos plenos nem capazes de alcançar um desenvolvimento completo.

A inclusão da Educação Emocional no currículo escolar surge como uma resposta à necessidade de formar cidadãos capazes não apenas no campo cognitivo, mas também no domínio das competências emocionais, essenciais para lidar de forma saudável e construtiva com desafios, conflitos e relações interpessoais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2013) enfatizam a importância do desenvolvimento integral dos estudantes, contemplando as dimensões socioemocionais como parte fundamental desse processo. Essas diretrizes incentivam que as competências socioemocionais sejam incorporadas de maneira sistemática ao currículo escolar.

Da mesma forma, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017) define os conhecimentos, habilidades e atitudes que devem ser desenvolvidos pelos alunos em cada etapa da educação básica, reconhecendo explicitamente o papel das competências socioemocionais na formação integral. Entre elas, destacam-se a empatia, a autorregulação emocional e a capacidade de resolução de conflitos.

A BNCC, portanto, valoriza essas competências e as organiza em dois eixos principais: Competências Gerais, que orientam a formação ampla do estudante, e Competências Específicas, voltadas para o desenvolvimento de habilidades mais direcionadas às diferentes áreas do conhecimento.

Sendo assim, a responsabilidade da escola vai além de apenas ensinar conteúdos curriculares; deve também promover a inclusão e interação escolar, de maneira a garantir o respeito à diversidade. Quando pensamos no desenvolvimento infantil, não podemos esquecer que a educação emocional está inserida neste processo; afinal, as emoções influenciam diretamente na maneira como as crianças se sentem em relação a si mesma e aos outros, aprendem e interagem no contexto escolar.

Segundo Relvas (2024), o trabalho com a educação emocional fortalece as relações interpessoais, e que ao compreender as próprias emoções e as dos outros, o estudante desenvolve empatia, habilidade essencial para a convivência harmoniosa.

A inserção da Educação Emocional nas escolas públicas brasileiras, especialmente no contexto da Educação Inclusiva, é essencial para a construção de ambientes de aprendizagem mais acolhedores, equitativos e eficazes. Trata-se de uma abordagem educacional holística, voltada para atender às necessidades de todos os alunos, respeitando suas singularidades e tendo como eixo central o reconhecimento e a vivência saudável das emoções, a Educação Emocional favorece o desenvolvimento de competências afetivas indispensáveis ao sucesso escolar, promovendo a inclusão como parte do processo de aprendizado emocional e tendo o bem-estar integral dos estudantes como meta principal.

As emoções, a aprendizagem e o comportamento social são dimensões interligadas que evidenciam a importância de compreender as interações entre elas, tanto no ambiente escolar quanto em outros espaços sociais. Nesse sentido, a educação e a formação humana configuram-se como processos complexos que envolvem não apenas a assimilação de conhecimentos, mas também o desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais. Tais competências são fundamentais para promover uma convivência pautada no respeito, na empatia e na superação de preconceitos e práticas de segregação elementos indispensáveis para uma formação de qualidade e verdadeiramente inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida no Atendimento Educacional Especializado (AEE) permitiu constatar que a inserção sistemática da Educação Emocional nas práticas pedagógicas constitui uma estratégia eficaz para o desenvolvimento integral dos estudantes público-alvo da Educação Especial. O trabalho voltado às competências socioemocionais como o reconhecimento das emoções, a autorregulação, a empatia, as habilidades sociais e a resolução de conflitos mostraram-se capaz de favorecer a autonomia, o equilíbrio emocional e a convivência respeitosa entre todos os sujeitos do ambiente escolar.

Os resultados alcançados indicam que o AEE pode ser um espaço privilegiado para o fortalecimento das dimensões afetivas e sociais da aprendizagem. As atividades de educação emocional promoveram avanços significativos no autoconhecimento e na comunicação dos estudantes, além de contribuírem para o estabelecimento de vínculos positivos com os professores e colegas. Ainda, que o envolvimento das famílias e o trabalho colaborativo entre o AEE e o ensino comum ampliaram o impacto das ações, favorecendo a continuidade das aprendizagens socioemocionais fora do espaço escolar.

Como encaminhamento, destaca-se a necessidade de consolidar políticas educacionais que reconheçam a Educação Emocional como eixo estruturante da formação integral, inserindo-a de forma transversal nos currículos escolares, desde a Educação Infantil. É fundamental investir em programas de formação continuada para professores, que contemplem o desenvolvimento de competências emocionais e estratégias pedagógicas voltadas à diversidade e à inclusão. Além disso, recomenda-se a criação de projetos interdisciplinares que articulem o AEE com as demais áreas do conhecimento, valorizando o diálogo entre o cognitivo e o afetivo no processo de ensino-aprendizagem.

Também se torna essencial o fortalecimento das práticas colaborativas entre escola, família e comunidade, de modo a construir uma rede de apoio capaz de sustentar o desenvolvimento emocional e social dos estudantes. A implantação de espaços de escuta, rodas de conversa e atividades lúdicas voltadas ao reconhecimento e expressão de emoções pode ampliar os efeitos positivos observados nesta experiência.

REFERÊNCIAS

Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Básica, 2017/2018.

BISQUERRA, R. **Educação emocional e bem-estar.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

BISQUERRA, R. **Educação emocional: fundamentos e práticas.** São Paulo: Vozes, 2023.

BISQUERRA, R. A. **Educación Emocional y Bienstar.** Espanã. Wolter Kluwer Educación. 2000.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.** Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555,** de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, entregue ao Ministério da Educação em 07 de janeiro de 2008. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994.

CASEL. **Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning. SEL Framework 2020: Core Competencies of Social and Emotional Learning.** Chicago: CASEL, 2020.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Competência social e habilidades sociais: manual teórico-prático.** Petrópolis: Vozes, 2017.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

ELIAS, M. J. et al. **Compromisso com a aprendizagem socioemocional: práticas e políticas educacionais.** Porto Alegre: Penso, 2022.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GOLEMAN, D. Foco: o motor oculto da excelência. Rio de Janeiro: **Objetiva,** 2012.

GOLEMAN, D. Inteligência emocional. Rio de Janeiro: **Objetiva,** 1995.

GOMES-SILVA, A. S; MENDES, E. G. **Atendimento Educacional Especializado em escolas de tempo integral.** Scielo, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7704>. Acesso em 02 de jun. de 2024.

GONSALVES; E. P. **Educação e emoções.** Campinas: Editora Alínea, 2015.

ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Relatório de Monitoramento Global da Educação 2025. Paris: UNESCO, 2025.

GIL, A C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RELVAS, M. A importância da educação emocional no contexto escolar. **Revista Appai Educar**. ed.163, Rio de Janeiro, 2024.

SANTOS, C. M.; FERREIRA, L. S. Educação emocional no AEE: adaptações e desafios na perspectiva inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 98-117, jan./mar. 2024.

VILARVA, N. M. L. MATA, R. P. C. LIMA, W. K. dos S. Sousa. Trabalhando o Respeito à Diversidade e a Interação Escolar das Crianças com Deficiência, por meio das Habilidades Socioemocionais. In: **RELATOS DE EXPERIÊNCIA - SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMIEDU)**, 32. , 2024, Cuiabá/MT. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2024 . p. 468-471. DOI: https://doi.org/10.5753/semiedu_estendido.2024.32566.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.